

## ***Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos: trajetória e atuais desafios de um projeto de extensão no sul de Minas Gerais***<sup>1</sup>

**Carmem Lúcia Rodrigues (Unifal-Mg)**

Palavras-chave: direitos humanos; antropologia do direito; antropologia audiovisual

### **Considerações iniciais**

Ao longo dos últimos setenta e dois anos, desde que a *Declaração Universal de Direitos Humanos* foi adotada pela ONU em 1948, foram testemunhadas importantes conquistas quanto aos direitos individuais e coletivos no mundo todo. No entanto, em função do caráter universalista da emblemática Declaração, uma série de demandas de grupos sociais, denominados genericamente "minorias", têm sido menosprezadas.

No contexto nacional, processos de exclusão, de desrespeito e de violência envolvendo os sujeitos coletivos que contrastam com grupos hegemônicos em função da sexualidade ou da identidade de gênero, da etnia, da “raça”, além de outros aspectos relacionados à cultura e classe social têm sido acirrados e se configuram como um dos principais desafios da atualidade. Como enfrentar tais desigualdades socioculturais no mundo contemporâneo? É possível ensinar e/ou promover o comprometimento com os direitos desses grupos mais vulneráveis entre jovens em formação em ciências sociais nas atuais instituições superiores de ensino? Como pensar políticas públicas que possam dirimir a violência (concreta e simbólica) vivenciada por tais grupos?

Motivada pelas questões apresentadas acima, propus o projeto *Coletivo de Direitos Humanos, Cinema e Afetos* em um dos editais de seleção da pró-reitora de extensão na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-Mg). Ao tomar conhecimento de recentes mostras de cinema que procuram retratar a temática Direitos Humanos, um dos diferenciais do Projeto é tratar da diversidade humana e a justiça a partir das artes, em geral, e em especial do cinema (audiovisual).

A dimensão dos *afetos* é abordada no Projeto em suas múltiplas possibilidades analisadas na Antropologia: no sentido do resultado de um processo de “afetar-se” ou “ser

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

afetado/a” (FAVRET-SAAD, 2005), ou seja, os afetos compreendidos como “uma rede particular de comunicação (...) algo que palavras, imagens e sons, por si sós, não revelam” (SCHRITZMEYER, 2007,p.70;77) bem como da noção de *afeto* no sentido da amorosidade e do acolhimento. Os afetos e o afetar-se fundamentam as relações entre membros da equipe do Coletivo assim como no tratamento de grupos mais vulneráveis no sul de Minas Gerais e na sociedade nacional como um todo.

Em certa medida, nos tempos atuais em que a *necropolítica* (Achille Mbembe) e os chamados “gabinetes de ódio” adquirem grande visibilidade e se multiplicam em nosso país, os afetos e as medidas que possam contribuir com a luta pelo reconhecimento de grupos historicamente excluídos, como propõe Axel Honneth (2006), passam a ser uma forma de transgressão e de resistência política.

### **Primeiros Passos**

Em espera na fila do xerox para disponibilizar uma cópia de *Argonautas do Pacífico Ocidental* para a turma da Antropologia I, uma moça de cabelos azuis me abordou. Era uma caloura do curso de ciências sociais que na noite anterior havia participado da apresentação de docentes para as/os ingressantes. A moça teria ficado interessada em estudar o tema Direitos Humanos, que apresentei sendo uma das minhas áreas de atuação na Antropologia.

Duas semanas depois desse primeiro contato, a moça (Augustine Khair) e mais um grupinho de cinco ou seis calouras e calouros das Ciências sociais na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-Mg) iniciaram sob minha coordenação o grupo de estudos "Direitos Humanos, Diversidade e Novos Sujeitos de Direitos", ainda de maneira experimental. Como base nas aulas que ministrei no curso de Antropologia Jurídica na UFRRJ para estudantes do Direito e levando em conta minha experiência como pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR-USP), demos início ao estudo de textos antropológicos direcionados à promover o debate sobre as seguintes temáticas: a noção de justiça e de Direitos Humanos; o pluralismo jurídico; desigualdade de gênero; racismo, dentre outros afins. Sempre que possível, assistíamos pequenos documentários e postagens da web para ilustrar as discussões.

Ao longo de todo o ano letivo de 2018 coordenei os estudos para cerca de dez graduandas e graduandos, a maioria das ciências sociais. Nos reuníamos semanalmente

durante duas horas e levamos a cabo o estudo de uma bibliografia diversa, essencialmente antropológica, mas dispersa, sem um objetivo muito definido em termos de atuação do grupo. Dentre as/os principais autores da Antropologia, nos debruçamos sobre textos de Rosinaldo Silva Sousa, Kabenguele Munanga, Cláudia Fonseca, Lia Zanotta Machado, Clifford Geertz, além de autoras e autores de outras áreas, mas que dialogam com os temas abordados. Ainda que os debates fossem tímidos, foi possível nesses contatos semanais a criação de uma equipe afinada e cada vez mais comprometida com o grupo de estudos a propósito dos Direitos Humanos.

Os diálogos eram francos e descontraídos e com a entrada de estudantes negros e negras, o racismo passou a ser um tema relevante de reflexão, sobretudo após um fato que provocou uma verdadeira comoção na Unifal-Mg em outubro de 2018, poucos dias depois do primeiro turno da eleição presidencial no Brasil: uma pichação racista em um dos banheiros da universidade!

Decidimos rapidamente organizar no pátio de entrada de um dos prédios principais uma roda de conversa sobre o ocorrido. Depois do encontro, por conta própria, estudantes elaboraram cartazes antirracistas que foram fixados nas paredes de toda a universidade.



Figura 1: Arte de Taynah Rossigalli, criada em outubro de 2018.

De certa maneira, essa Roda de Afeto impulsionou o que veio a ser, alguns meses depois, o projeto de extensão *Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos* (também conhecido por *Coletivo DiHCA*), aprovado em um edital interno de extensão da Unifal-Mg e iniciado em fevereiro de 2019. Este projeto conta, portanto, com apoio da Pró-reitora de extensão (Proex) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-Mg).

## Trajatória, reconhecimento e saberes decorrentes das experiências de extensão

Ao longo dos quase dois anos do projeto *Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos* foram organizados cinco cine debates, seis rodas de conversa, uma exposição de fotografia, uma apresentação de dança contemporânea e uma performance teatral, em diversas ocasiões, presenciais e virtuais. Algumas dessas atividades merecem ser destacadas e analisadas do ponto de vista teórico-conceitual e metodológico. Esse é o propósito desta sessão.

O primeiro cine debate realizado em 2018 foi a respeito do filme *Café com Canela*, que tem direção de Glenda Nicácio e Ary Rosa. A trama se passa na cidade de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, em torno de perdas e reencontros. As protagonistas e praticamente todas atrizes e atores são negras(os), com uma única exceção. O tema racismo não é abordado, ao contrário, o filme retrata relações humanas pautadas no respeito mútuo, na solidariedade e nos afetos.

Cabe aqui discutir a representação de pessoas negras no cinema, na TV e nas artes em geral, não somente como atrizes e atores, mas também na direção, na produção e na criação de roteiros. Um dos diretores negros de maior repercussão na atualidade é Jefferson De, criador do movimento *Dogma Feijoadada*, lançado em 2000. Em um artigo que analisa esse movimento, são apontados os seus preceitos:

“...os cineastas associados ao movimento produziram películas cujas características mais recorrentes remetem a: privilegiar a luta diária do negro brasileiro comum, denunciar as situações de discriminação e preconceito raciais, valorizar as identidades e culturas (símbolos, ritos e tradições) afro-brasileiras, construir performances racializadas como dispositivo narrativo, assim como positivar, para não dizer humanizar, imagens e representações audiovisuais negras” (CARVALHO, N e DOMINGUES, P, 2018, p.8 ).

O que se problematiza no chamado *Cinema Negro* é “quem detém o monopólio sobre as imagens e representações de si, do seu grupo racial e dos outros” (ibidem, p. 13). Igualmente, o *Coletivo DiHCA*, ao procurar romper com os estereótipos raciais, considerando a representação e a garantia do protagonismo de pessoas negras, escolheu

o filme *Café com Canela* de Glenda Nicário, uma jovem cineasta negra, para o evento organizado na recepção de calouras e calouros do curso de Ciências Sociais em março de 2019. Como debatedoras convidamos, na época, duas estudantes negras da Unifal: Anna Tobias (medicina) e Marina Rosa (biologia).



Figura 2: Cine Debate sobre o filme “Café com Canela” realizado em março de 2019 na Unifal-Mg. Da direita para a esquerda: Anna Tobias, Marina Rosa, Calu Rodrigues e Nayhara Vieira. Fotografia do arquivo do Coletivo DiHCA

Uma outra atividade que marcou a presença do *Coletivo DiHCA* na universidade e rendeu muitos frutos foi a Roda de Conversa realizada em abril de 2019 com lideranças da etnia indígena *Kiriri*, que vive hoje em Caldas, um município do sul de Minas Gerais próximo a Alfenas.

Foi a primeira vez que a Unifal-Mg recebeu indígenas para uma atividade em que eram os protagonistas, ao relatarem em primeira mão, ou seja, sem a intermediação daqueles que costumam ser seus “intérpretes” (antropólogas e antropólogos) a respeito de seu modo de vida, de sua história, lutas, práticas religiosas e cosmologia.

Estiveram presentes nessa ocasião o cacique Adenilson, a professora Carluisa da escola indígena situada na aldeia e Dona Alzira, a anciã e curandeira da aldeia. Um dos momentos mais dramáticos do evento foi quando os *Kiriri do Acré* narraram acerca dos conflitos que enfrentam na busca do reconhecimento e da demarcação de seu território em uma área pública que pertence ao estado de Minas Gerais.

Assim como muitos outros indígenas e movimentos populares no campo, os *Kiriri* sofreram com uma ação de reintegração de posse alguns meses depois que vieram do sertão da Bahia, onde situa-se a *aldeia-mãe* da etnia. Foram realocados pelo governo de Minas Gerais em uma outra área, muito distante de Caldas, em um local que consideram

inóspito, não apropriado para viverem. Poucos meses depois, retornaram ao sítio de onde foram expulsos em Caldas, que denominam atualmente de *Acré*.

Tal trajetória bem como os direitos que essa comunidade indígena reivindica estão sendo investigados por meio de uma iniciação científica sob orientação da docente coordenadora do *Coletivo DIHCA* com a participação de um graduando em ciências sociais (Igor Bogado Campanella), também membro do mesmo projeto de extensão. Outro aspecto pesquisado é a religiosidade, sobretudo quanto à cosmologia dos *Kiriri*.

Assim como muitas das etnias indígenas do Nordeste brasileiro, os *Kiriri* praticam a *Dança do Toré*, um complexo de músicas e danças com forte conotação religiosa, portanto, um sistema simbólico bastante complexo, também operado em momentos de representação da identidade étnica. Sob a ótica do antropólogo Maurício Arruti:

“Ponto de convergência de inúmeros fenômenos religiosos e políticos, o Toré assume a forma de rito - como atitude tomada e ato realizado diante de coisas sagradas - de credo - como expressão de idéias e sentimentos religiosos - e, acrescentemos, de performance - como ato político que simultaneamente representa e realiza o grupo enquanto objeto de "direitos".” (ARRUTI, M, 1996, p. 66)

Presenciamos a dança do *Toré* em uma de nossas visitas à aldeia dos *Kiriri do Acré*. Essa experiência foi marcante para os membros do *Coletivo DIHCA*. Na ocasião da visita dos *Kiriri* na Unifal-Mg, a anciã Dona Alzira reforçou a importância do *Toré* e das ervas medicinais que costuma utilizar no tratamento de várias enfermidades. Um dos aspectos que também estamos investigando é a relação dos *Kiriri* com os *encantados* que habitam a mata próxima de onde vivem. São os *encantados* que aconselham e protegem os indígenas em todas as atividades da vida cotidiana ou em momentos mais críticos, em que se mobilizam pela conquista de seu território.

Mais de duzentas pessoas participaram da Roda de Conversa com os *Kiriri* na Unifal, realizada ao ar livre, no dia 26 de abril de 2019. Os relatos dos *Kiriri*, assim como os cantos que entoaram, alguns dos quais evocando o *Toré*, emocionaram a todas e todos.

Um dos resultados primeiros desse encontro foi o convite feito ao cacique Adenilson *Kiriri* para compor um conselho da Unifal destinado a selecionar estudantes indígenas para cursar a universidade com uma bolsa integral. Sem dúvida alguma, a presença de indígenas na universidade contribuirá de maneira significativa para

questionar a ciência moderna contemporânea, eurocentrada e de inspiração iluminista, que fundamenta os cursos em geral, e agregará novos conteúdos, epistemologias e metodologias aos cursos bem como novas formas de ensinar e de aprender.



Figura 3: Roda de Conversa com os Kiriri (cacique Adenilson e professora Carliusa) realizado no dia 26 de abril de 2019 na Unifal-Mg. Crédito das fotografias: à esquerda, de Paula Versiani; à direita, de Camila Bueno. Arte: Mateus Aires.

Outro momento memorável deste Projeto se deu durante a *Semana da Diversidade*, que antecedeu a Parada LGBT em junho de 2019 em Alfenas, reconhecida como a maior do sul de Minas Gerais.

O Coletivo DiHCA foi convidado para participar de todas as atividades organizadas pelo Movimento Gay de Alfenas, além de coordenar um cine debate. Em parceria com o Cineclube da Unifal-Mg projetamos o filme cubano *Viva* e organizamos uma roda de conversa com convidados que atuam na luta dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA+: o prof. Alexandre Nishiwaki da Silva e o graduando em Ciências sociais, Felipe Souza.

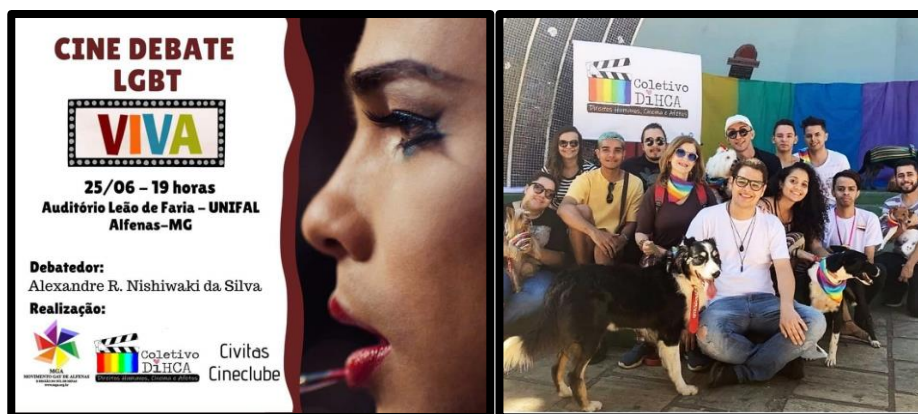


Figura 4: Cartaz do Cine Debate realizado em parceria com o Cineclubes Civitas e a cãesminhada, organizada pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA) na Semana da Diversidade em 2019. Arte e fotografia de autoria do MGA.

Dentre os vários recortes possíveis de serem feitos ao tratar da desigualdade de gênero, um dos que foi tema de uma roda de conversa ao vivo (*Live*) foi a propósito da saúde mental da comunidade LGBTQIA+, antes e depois da pandemia (ver figura 4).

Sabe-se que os casos de suicídios em nosso país são alarmantes, sobretudo entre indígenas, pessoas idosas e também entre aquelas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Tal quadro foi brutalmente agravado durante a pandemia da Covid-19 em 2020. Nessa *Live* procurávamos compreender se padrões normativos de gênero e de sexualidade limitam e deslegitimam formas de existência e afetam a qualidade de vida e a saúde mental dessas pessoas. Uma outra questão que nos colocávamos era de que modo a luta por direitos permitiria reenquadrar o debate e construir processos de reconhecimento desses sujeitos.

Nesse encontro virtual, em que estavam presentes pesquisadores(as) e atuantes em coletivos relacionados à comunidade LGBTQIA, discutiu-se que, muito embora tenha havido certos avanços nas lutas pelo reconhecimento de “formas de ser, formas de se apresentar para o mundo, expressões de afeto e práticas sexuais que extrapolam a cisheteronormatividade” (Luiza Ferreira) há ainda um longo e árduo percurso a ser percorrido para que sejam efetivados tais direitos.

Os direitos desses grupos não são garantidos, já que se baseiam em resoluções e portarias administrativas de órgãos ligados ao setor jurídico, sobretudo do STF (Supremo Tribunal Federal), isto é, não possuem um caráter de lei, sendo, portanto, normas susceptíveis a serem revertidas. Além disso, várias instituições, assim como a própria ciência (especificamente, a medicina) até muito recentemente não aceitava as subjetividades desses grupos, considerando tais pessoas doentias, imorais e ilegítimas - a



exemplo da subjetividade trans, classificada como um transtorno mental até 2019 (informação verbal<sup>2</sup>).

As nossas convidadas, convidados e convidades apresentaram relatos tocantes que exemplificam de maneira contundente como tais pessoas são afetadas em seu cotidiano e das várias formas de violência que sofrem, que as/os impedem de viver plenamente. Foi ainda destacada a importância da representação (positiva) desses grupos, sobretudo na mídia e nas artes, além da representatividade política dessas pessoas como condição da maior importância para que os direitos desses grupos sejam efetivados. Foi ainda sublinhado com veemência por Luiza Ferreira, doutoranda na USP, a importância da Antropologia na compreensão e no acolhimento de outras “formas de organização do pensamento que não são estruturadas pela lógica cisheteronormatividade”.



Figura 5: Quarta Live realizada em setembro de 2020. Arte de Beatriz Fernanda de Paiva Paula.

Outros eventos culturais e artísticos organizados pelo *Coletivo DIHCA*, tais como os cine debates, agregaram muita gente de dentro e de fora da Unifal mas, certamente, o evento mais importante do ano de 2019 foi a nossa *Primeira Mostra Universitária de Cinema em Direitos Humanos*, realizada em outubro de 2019. Os temas escolhidos para os cine debates foram: i. Racismo e Negritude; ii. A noção de “corpo” e a comunidade LGBTQ+; iii. Povos Indígenas, tal como mostra o cartaz na figura 5.

<sup>2</sup> Dados comunicados por Luiza Ferreira durante a Live apresentada.

Foram três dias de intensa programação. Organizamos três cine debates a propósito de audiovisuais (longas e curtas), todos de produção nacional e alternativa (isto é, não incluídos no circuito comercial), com a participação de mais de onze pessoas especialistas nos temas propostos. Há que se destacar a participação de indígenas de duas etnias diferentes (*Kiriri e Borari*), além de artistas e militantes dos grupos representados.

Organizamos ainda uma exposição de fotografias do *Projeto Agô*, sobre a negritude em Alfenas, instalado no hall de entrada do anfiteatro principal da Unifal<sup>3</sup>; a performance teatral, do ator Rodrigo Mikelino e uma intervenção com o grupo de dança contemporânea experimental da Unifal.

Cauã Borari, indígena estudante de pós-graduação na Unicamp, evocou os saberes e o modo de vida de sua etnia, localizada a beira do rio Tocantins (PA) ao relatar os significados da canoa e da pesca para seu povo. Alik Wunder, uma das docentes responsáveis pela implantação do vestibular indígena na Unicamp, contou como se deu o processo de inclusão de mais de mil estudantes indígenas naquela universidade. Esperamos que esta diversidade cultural em breve também esteja presente em muitas outras universidades em nosso país. Como há um bom tempo afirmam os antropólogos Gilton Mendes e Carlos Dias Jr., professores da UFAM:

“...para além (ou antes) de um diálogo entre o pensamento indígena e as ciências, o que mais importa é ater-nos, antes, à diferença e singularidade das teorias indígenas. (...) O esforço etnográfico e as sínteses produzidas até o momento para pensar os povos da Amazônia (e do continente sul-americano como um todo) nos permitem ir adiante. Grosso modo, não só atentando para o que dizem os “intelectuais indígenas” sobre suas teorias, o que já não é pouco, mas, sobretudo, prestar atenção e entender o que eles têm a dizer sobre nossas teorias, antropológicas ou não.” (MENDES, G.; JR. DIAS, C, 2009, p.156)

Os laços de solidariedade construídos com os indígenas por meio de várias das atividades realizadas por este Projeto, possibilitaram a compreensão e a valorização das diferentes linguagens manifestas na sociedade brasileira contemporânea, bem como demonstrou a existência e a legitimidade de outras epistemologias e de formas distintas de produção do conhecimento quando se coloca a ciência ocidental moderna e hegemônica sob suspeição.

---

<sup>3</sup> Projeto de Rodrigo Mikelino com a curadoria de Leandro Paiva.



Figura 6: Programação da primeira Mostra Universitária de Cinema em Direitos Humanos na Unifal-Mg, realizada em outubro de 2019. Arte de Mateus Aires.



Figura 7: Mesa de abertura da primeira Mostra Universitária de Cinema em Direitos Humanos, que contou com a presença, da direita para a esquerda de: prof. Adriano dos Santos; o diretor do ICHL, prof. Paulo César de Oliveira; o reitor da Unifal-Mg, Sandro Amadeu Cerveira; a coordenadora deste Projeto, profa. Carmem Lúcia Rodrigues; a pró-reitora de Extensão da Unifal, Eliane Resende; a Secretária municipal de Educação e Cultura, Tani Rose; e representante do DCE, graduanda Bianca Erler. Fotografia do arquivo do Coletivo DiHCA.

No ano de 2020, assim que as aulas na Unifal-Mg foram suspensas em março, em virtude da pandemia da covid-19, demos início a atividades remotas de maneira a não interromper as atividades do projeto de extensão. Além de artigos e análises publicadas em nossas redes sociais (Facebook e Instagram) a propósito dos impactos da pandemia entre os grupos mais vulneráveis, organizamos quatro encontros virtuais ao vivo, as chamadas *Lives*.

Todas as *Lives* foram de grande importância ao possibilitar o debate entre e com pesquisadoras(es), ativistas, pensadoras e pensadores que atuam em áreas geográficas distantes do sul de Minas Gerais.

A primeira Live foi realizada no dia 13 de maio de 2020 sobre a seguinte temática: “Impacto do Coronavírus em grupos mais vulneráveis no sul de Minas: conexão Alfenas, Caldas e Poços de Caldas”. A segunda *Live* tratou de: “A Pandemia e as Redes de Solidariedade sob olhar de três mulheres que atuam na periferia de grandes capitais brasileiras” e foi realizada no dia 24 de junho (ver figura 7).

O Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos convida você para debater sobre:

**A pandemia e as redes de solidariedade sob o olhar de três mulheres que atuam na periferia de grandes capitais brasileiras**

Roda de conversa ao vivo

Convidadas:

- Gleicyane Quêroz**  
Mediadora de leitura e articuladora comunitária  
Fortaleza
- Sílvia Lopes Raimundo**  
Geógrafa e docente do Instituto das Cidades - Unifesp Zona Leste  
São Paulo
- Vanessa Lima**  
advogada popular  
Rio de Janeiro

Mediadora:

- Carmem Lúcia Rodrigues (Calu)**  
Antropóloga, professora da Unifal-MG  
Alfenas - MG

17/06  
19h - 21h

Realização: Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos, Unifal-MG, Espaço

siga-nos também: @coletivodireitoshumanos

Figura 8: Segunda Roda de Conversa virtual (Live). Arte: Mateus Aires.

Gleicyane, Sílvia e Vanessa são ativistas e moradoras das periferias dessas três metrópoles (respectivamente Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro) na época as cidades mais afetadas pela pandemia no Brasil. Cada uma delas, a partir das particularidades do lugar de onde falavam e de suas formas de atuação, trouxeram relatos de suas vivências, colaborando para refletirmos a respeito dos desafios e de possíveis caminhos para o enfrentamento da pandemia, infelizmente ainda em curso no momento da escrita do presente trabalho.

O terceiro encontro virtual proposto pelo Coletivo foi uma roda de afetos realizada no dia 29 de julho de 2020 e teve como ponto principal discutir a seguinte questão: “Um mundo melhor é possível?”. Já a quarta *Live*, comentada anteriormente, tratou da saúde mental e dos direitos da comunidade LGBTQIA+ no mês de setembro, conhecido como o mês da campanha de prevenção ao suicídio (ver figura 9).



Figura 9: Algumas das Lives realizadas em 2020. Artes: Mateus Aires.

Vê-se, assim, que o *Coletivo DiHCA* fez um grande esforço para manter sua proposta de promover o debate a respeito dos direitos humanos, mesmo durante o distanciamento social imposto pela pandemia. O amplo alcance das publicações nas redes sociais e os novos horizontes abertos pelas atividades remotas organizadas em 2020 enriqueceram a reflexão e a construção coletiva de conhecimentos acerca dos temas tratados neste projeto de extensão.

Devo ainda destacar que todas as atividades apontadas foram organizadas pela equipe do *Coletivo DiHCA*, atualmente composta por dez estudantes dos cursos de graduação em Ciências sociais (licenciatura e bacharelado) da Unifal-Mg.<sup>4</sup> O envolvimento ativo das/dos discentes em todas as etapas necessárias para a realização das atividades, desde a escolha dos temas dos cine debates e rodas de conversa, passando pela ampla divulgação das ações até a organização da logística necessária para o evento, sob orientação constante da coordenadora, possibilitou a consolidação de uma equipe de trabalho muito afinada, comprometida com o projeto como um todo e com os sujeitos coletivos de direitos priorizados. O entendimento da importância do trabalho em equipe e a assunção de responsabilidades e do protagonismo estudantil foram, talvez, algumas das lições mais significativas aprendidas pelas/os graduandas/os.

<sup>4</sup> Ver os nomes completos das/dos estudantes em nota de agradecimento ao final.

Um dos exemplos do protagonismo e da dedicação de membros do Coletivo DiHCA foi o processo de criação do logotipo. Depois de alguns modelos propostos e da apreciação de toda a equipe, o graduando Mateus Aires criou o logo (figura 8) que passou a representar, em boa medida, a identidade do Coletivo DiHCA.



Figura 10: Logotipo do Coletivo DiHCA criado por Mateus Aires em 2019

Outro desdobramento do protagonismo discente incentivado no Projeto foi a construção de projetos de pesquisa por membros do Coletivo DiHCA em uma oficina conduzida pela coordenadora. Seis pesquisas de iniciação científica (IC) que se relacionam aos temas centrais tratados no Projeto foram esboçadas na ocasião. Dessas, três ICs foram aprovadas posteriormente em editais internos da Unifa-Mg, sendo realizadas por membros do Coletivo DiHCA e estudantes das ciências sociais, a saber: “*A Parada LGBT em Alfenas e seu impacto no fortalecimento da democracia, da diversidade sociocultural e dos direitos das mulheres no sul de Minas Gerais*”, por Augustine Khair; “*Uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e a percepção de justiça na Unifal e em Alfenas (Mg)*”, sendo realizada por Guilherme Zanon e Natália Rios, além da IC, junto aos indígenas Kiriri, apontada antes e ora sendo finalizada.

Além disso, o período de mais de dois anos de existência do *Coletivo DiHCA*, resultou na criação e no fortalecimento de laços de confiança e de afetos entre as/os seus membros. Esse sentimento de pertencimento a um coletivo e a sensação de acolhimento, manifestados em diversas ocasiões por estudantes do *Coletivo DiHCA*, desempenham um importante papel na manutenção da saúde mental estudantil, muito afetada nos últimos anos, até mesmo antes da pandemia.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A depressão, a mutilação corporal e casos de suicídio foram analisados por pesquisadoras e profissionais da saúde mental na Unifal-Mg. A conclusão que já se tem desses estudos é que os grupos de extensão e de pesquisa funcionam como verdadeiros “grupos de apoio” para estudantes, amenizando sofrimentos mentais.



Figura 11: Encontro de confraternização de membros do Coletivo DiHCA e convidadas(os) da Mostra Universitária de Cinema em Direitos Humanos, 2019. Fotografia do arquivo do Coletivo DiHCA.

A contribuição do *Coletivo DiHCA* no fortalecimento dos direitos humanos tem sido reconhecida por instituições em Alfenas e na região do sul de Minas Gerais. Além do convite para participarmos da *Semana da Diversidade em Alfenas*, apresentado antes, nossa equipe foi convidada para participar de um evento da OAB de Alfenas no dia 07 de novembro de 2019 (*I Encontro Regional de Direitos Humanos da OAB/MG no Sul de Minas*) bem como na elaboração de um livro didático organizado pela escola indígena localizada na aldeia dos *Kiriri do Acré*, em Caldas (MG). O livro encontra-se no prelo.

Por fim, vale destacar que há uma forte articulação entre os estudos, os debates e as pesquisas vinculadas a esse Projeto e os conteúdos abordados nas seguintes disciplinas eletivas do curso de Ciências Sociais oferecidas pela docente e coordenadora nos últimos quatro anos na Unifal-Mg: “Antropologia e Direitos Humanos”; “Sociedade, Natureza e Cosmologias Ameríndias”; “Multiculturalismo, Direito à Diferença e Reconhecimento”.

## Desafios e perspectivas futuras

Ainda que a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão tenha sido gradativamente fortalecida na maior parte dos cursos de ciências sociais no Brasil, na prática ainda são enfrentadas uma série de dificuldades, de várias ordens, para que essas “pontes” sejam concretizadas. As parcerias constituídas para a implantação dos projetos de extensão, internamente e externamente à universidade, talvez representem ao mesmo tempo o maior desafio e a condição estrutural mais relevante para a consolidação dos projetos no sentido de ampliar o impacto social das ações propostas e instituir uma efetiva relação dialógica com a sociedade.

A parceria oficial e primeira do *Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos* se deu com a prefeitura municipal de Alfenas (Mg) por meio de sua Secretaria de Educação e de Cultura e a Diretoria de Direitos Humanos.

O diálogo com tais instituições públicas, contudo, foi circunstancial e pontual. Foram feitos vários convites para que membros desses órgãos ou seus representantes participassem de nossos estudos semanais, sem êxito. Por outro lado, foi por meio do apoio logístico da prefeitura que providenciamos hospedagem e transporte para as pessoas convidadas da nossa mostra universitária de cinema. Em um momento de crise aguda da universidade pública no Brasil, tal apoio revelou-se crucial para a realização de atividades de extensão, ao fomentar um rico debate e possibilitar a realização das atividades culturais durante a *Primeira Mostra Universitária de Cinema em Direitos Humanos e Afetos*. Pretendemos dar continuidade a essa parceria e, por intermédio da Secretaria de Educação e de Cultura, realizar atividades em escolas públicas do município.

Ao longo dos dois anos de existência do Projeto, membros de movimentos sociais em Alfenas e na região sul de Minas foram convidados(as) para participar de nossas atividades e consideramos tais parcerias as mais atuantes no momento, a saber: o Coletivo Negros e Negras de Alfenas (CNNA); a Aliança em Prol da APA da Pedra Branca em Caldas (Mg) e a Associação Indígena Kiriri em Caldas (Mg). É de fundamental importância que tais parcerias sejam revigoradas para dar continuidade ao Projeto.



Em meados de 2020, a professora e coordenadora Ana Lúcia Pastore do Núcleo de Antropologia do Direito (*NADIR*) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP propôs uma parceria com o *Coletivo DIHCA*. Organizamos em conjunto quatro cine debates, sobre os seguintes temas: encarceramento e encarcerados(as); negritude e racismo, desigualdade de gênero e o direito à memória e a narrar a própria história.

No momento da redação deste trabalho, já foi realizado o primeiro cine debate que discuti o documentário “13ª. Emenda” da Netflix e o livro de Angela Davis, *Estarão as Prisões Obsoletas*. A experiência tem sido muito gratificante no sentido de qualificar nossas reflexões e debates já que o *Nadir* conta com pós-graduandas(os), pesquisadoras(es) e docentes com uma larga experiência no campo da Antropologia do Direito.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas no decorrer do Projeto, destaco algumas de ordem institucional: a burocratização excessiva dos processos para a aprovação e registro das ações de extensão na pró-reitora e a dificuldade logística para a organização dos eventos previstos. Desde o agendamento do anfiteatro para a exibição de um filme até a obtenção de um simples microfone para uma roda de conversa exige que se preencha inúmeros formulários por meio de um sistema interno na Unifal-Mg (*SEI*), que se obtenha aprovação da chefia do setor, que e-mails sejam enviados e, muitas vezes, que se confirme a aprovação da solicitação por telefonema. Todos esses procedimentos são centralizados na coordenação do projeto de extensão, demandando um tempo imenso e muita persistência.

Por fim, em função da pandemia que impôs a toda a comunidade acadêmica da Unifal-Mg e de outras universidades públicas o isolamento social e o trabalho em regime online, o Projeto passou a realizar atividades remotas, já elencadas, que nos trouxe novos desafios. As reuniões semanais passaram a ser realizadas quinzenalmente, por meio de web conferência. Tal situação causou, nos primeiros meses, uma certa resistência por parte de algumas pessoas do Coletivo, que não viam com bons olhos essa (nova) forma de convivência e de organização das atividades propostas. Felizmente, apesar de algumas idas e vindas, a equipe manteve-se coesa e enfrentou com dedicação todas as atividades que havíamos antes assumido para dar continuidade ao Projeto.

A pandemia, contudo, implicou na interrupção de duas iniciações científicas (ICs) voluntárias, aprovadas em editais internos na Unifal-Mg. As pesquisas etnográficas,

previstas nas pesquisas, foram adiadas até o final da pandemia. Como perspectiva principal desse Projeto, vislumbramos dar continuidade aos estudos e debates acerca de temas sendo investigados nas ICs em andamento bem como em novas pesquisas a serem propostas.

## **Últimas considerações**

Durante os dois anos do *Projeto Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos*, uma série de atividades foram realizadas, presenciais e virtuais, com o intuito de promover a reflexão, o debate e a produção de conhecimentos acerca dos direitos humanos face à grande diversidade de grupos sociais existentes em nossa sociedade e a vulnerabilidade de determinados sujeitos coletivos agravada nos últimos anos.

Uma equipe formada por cerca de dez estudantes, docentes e advogadas(os) foi constituída e os vínculos acadêmicos e afetivos criados foram responsáveis, em grande medida, pelo êxito das atividades realizadas e o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia da covid-19 em 2020.<sup>6</sup>

Chegamos ao final de 2020 cientes, no entanto, de que há muito a ser feito diante de tantos retrocessos no campo dos direitos humanos em âmbito nacional e também internacional. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, datada de 1948, ainda que passível de críticas, prescreve uma série de medidas que objetivam afastar os povos e as nações da barbárie. Nesse sentido, no presente momento, tanto a arte como a ciência, que fundamentam o *Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos*, têm uma importância relevante em promover a reflexão e a sensibilização a propósito dos direitos humanos de grupos sociais mais vulneráveis no atual cenário sociopolítico brasileiro.

---

<sup>6</sup> Nota de agradecimento: Um coletivo se faz agregando-se pessoas, ideias e esforços. Desde o início do projeto, várias pessoas colaboraram de diversas maneiras com as atividades aqui apresentadas. Agradeço a cada uma delas, a saber: Adilson Barbosa, Adryan Santos, Aléxias Mendonça de Almeida, Guilherme Assis, Iara Romanelli, Lucas Borges, Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira (servidora técnica da Unifal-mg, ex-coordenadora-adjunta), profa.dra. Patrícia Lucchesi, prof.dr. Rafael Carlos Lima da Silva (coordenador-adjunto), Taynah Rossigalli e Vinicius T.S.Abreu.

Atualmente a equipe é formada pelas(os) seguintes estudantes de Ciências Sociais da Unifal-Mg: Augustine Khair, Caroline França Martins, Guilherme Zanon, Igor Campanella, Lucas Pereira, Mateus Aires, Natália Rios Chaparro, Sanantiel Matias, Vitória Alves, Vitória Helena Silva.

## **Referências Bibliográficas:**

ARRUTI, Maurício. O Reencantamento do Mundo - Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFRJ-MN, Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, Noel dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. Dogma Feijoad: A invenção do cinema negro brasileiro, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 33 n° 96, 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Cláudia. Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. **Cadernos Pagu**, (47), 85-101, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Paz e Terra; 2001.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, vol 15, no. 2, Florianópolis, 2007.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 8. ed. Petrópolis: Vozes. pp.249-356; 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MACHADO, Lia Zanota. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, (47), 5-40, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral?. In **Revista Brasileira de Ciências sociais**, 23 (67): 135-146, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo ; Brasília, DF : Ed. da UNESP : Paralelo 15, 2006.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Afetos em Jogo nos Tribunais do Júri. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 70-79, jul./dez. 2007.

SEYFERTH, Giralda, A invenção da Raça e o Poder Discrecional dos Estereótipos; **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SANTOS, Gilton e DIAS JR., Carlos. Ciência Da Floresta: Por Uma Antropologia No Plural, Simétrica E Cruzada. **Revista De Antropologia** 52 (1), 137-60, 2009.

SOUSA, Rosinaldo Silva. Direitos Humanos através da História Recente em uma Perspectiva Antropológica. In: NOVAES, R., R. & KANT DE LIMA, R (Org.) **Antropologia e Direitos Humanos**, vol. 2. Associação Brasileira de Antropologia, 2003.